TRIBUNAL DE JUSTIÇA

3 DE FEVEREIRO DE 1874

211423

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

001. PROVA OBJETIVA

OFICIAL DE JUSTIÇA

- Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 100 questões objetivas.
- Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição desse caderno.
- Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- A duração da prova é de 5 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridas 2 horas do início da prova.
- Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno.
- Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

Nome do candidato

RG | Inscrição | Prédio | Sala | Carteira

FUNDAÇÃO vunesp

Confidencial até o momento da aplicação.

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto para responder às questões de números **01** a **04**.

Os fantasmas não fumam

Os fantasmas não fumam. Mas não por causa da campanha antitabagista que está na moda. Os fantasmas deixaram de fumar desde o doloroso acidente ocorrido no seu nevoento mundo.

Era um fantasma que tinha a mania de assistir ao deitar e ao despertar das moças quando se despiam ou vestiam. Nuas em pelo, elas não lhe interessavam. Como se vê, tratava-se de um fantasma antiquado.

Ora, uma noite, invisibilizando-se como fazia em tais ocasiões, ele entrou pela primeira vez no quarto de Lurdinha.

E, como vocês felizmente ainda ignoram, não é só para mim que Lurdinha é irresistível. O destino dela é inspirar amor à primeira vista, mas amor no duro – não a simples contemplação olhativa com que o fantasma até então se divertira.

Um amor para casar.

Ante essa impossibilidade, a vida do fantasma era um suspiro só.

Até que um dia recordou ter lido, em um poeta chinês, que fumar era uma maneira disfarçada de suspirar...

E o nosso fantasma apaixonado fumou tanto, tanto, que acabou fumando-se a si mesmo.

(Mario Quintana, *Da preguiça como método de trabalho*, 2013. Adaptado)

01. Na história, o narrador deixa claro que

(A) o fantasma sucumbiu ao amor por Lurdinha, que era uma mulher irresistível, o que lhe causou a inusitada situação de fumar a si mesmo.

(B) as indelicadezas do fantasma, olhando as moças indevidamente, eram repreensíveis, uma vez que elas ficavam constrangidas nessas situações.

(C) o amor é incontrolável, como o iminente romance entre Lurdinha e o fantasma, que deixou de lograr êxito pelo infortúnio que acometeu a este.

(D) a beleza de Lurdinha, que ganhou o amor de um fantasma, era-lhe insignificante, uma vez que ele já pressentia que seu coração era de outra jovem.

(E) os fantasmas deixaram de fumar a fim de evitar amores perturbadores, porque eles facilmente se apaixonavam por belas mulheres.

02. As passagens “mas amor no duro” (4º parágrafo), “com que o fantasma até então se divertira” (4º parágrafo) e “a vida do fantasma era um suspiro só” (6º parágrafo) permitem, correta e respectivamente, as interpretações:

(A) Podia ser um amor passageiro. / O fantasma buscaria ainda outras diversões. / O fantasma estava ansioso para conhecer Lurdinha.

(B) Talvez fosse um amor. / Um dia o fantasma perderia o interesse naquelas diversões. / O fantasma estava apaixonado e sofria intensamente.

(C) Era, com certeza, um amor. / O fantasma deixaria de se divertir desde então. / O fantasma sentiu-se magoado com a indiferença de Lurdinha.

(D) Era um amor, efetivamente. / O fantasma estava prestes a se divertir novamente. / O fantasma estava envolvido em um novo amor.

(E) Era indubitavelmente um amor. / A partir daquele momento, acabaram as diversões do fantasma. / O fantasma demonstrava desalento e melancolia.

03. Assinale a alternativa em que a colocação pronominal está em conformidade com a norma-padrão.

(A) Como não podia casar-se com Lurdinha, o fantasma pôs-se a fumar sem parar, como forma de suspirar.

(B) Certamente tratava-se de um fantasma antiquado, que interessava-se em ver as moças ao deitar ou despertar.

(C) Tendo verificado-se um doloroso acidente no seu mundo, os fantasmas abstiveram-se do cigarro.

(D) O fantasma se dedicava a assistir às rotinas das moças, sem imaginar que apaixonaria-se por Lurdinha.

(E) Se invisibilizava o fantasma e ficava rotineiramente a espiar as moças, quando se despiam ou se vestiam.

04. A pontuação está de acordo com a norma-padrão em:

(A) O fantasma que era antiquado, começou a fumar para disfarçar os suspiros; os outros fantasmas, não.

(B) O fantasma, certa noite, entrou no quarto de Lurdinha, descobriu-a irresistível e passou a suspirar por ela.

(C) Lurdinha, era uma moça para casar; o fantasma, no entanto, via-se impossibilitado para realizar aquilo.

(D) Lurdinha, que inspira amor à primeira vista, superou com o fantasma, a simples contemplação olhativa.

(E) Muitos felizmente ignoram, que Lurdinha é uma moça irresistível, e essa constatação não é só para mim.

Leia o texto para responder às questões de números **05** a **10**.

O significado de conviver com o semiárido

O sentido da expressão "convivência com o semiárido", em uma primeira visão ou leitura, pode levar a uma compreensão equivocada: viver no semiárido, sofrendo com a problemática das mudanças climáticas que tanto aflige, principalmente, os agricultores e agricultoras de base familiar.

Mas o sentido real da expressão "convivência com o semiárido" traz em seu arcabouço o real significado sociotransformador: viver buscando transformar os obstáculos provocados pelas mudanças climáticas e pelas injustiças sociais em oportunidades para mudar as condições de vida a partir de transformações no comportamento. Isso inclui premissas como o cuidado com o meio ambiente para uma vida digna, evitando que a região venha a se constituir um deserto.

É grande a riqueza de possibilidades, de caminhos, de alternativas que já foram geradas. São frutos das lutas populares, dos trabalhos pastorais, comunidades eclesiais de base etc., a partir das quais muitas organizações sociais nasceram e permanecem até hoje. Elas mobilizam os agricultores e agricultoras, promovendo trocas de experiência e qualificando-os a partir da estratégia de construção coletiva do conhecimento.

Essas organizações sociais geram reais possibilidades de se conviver com o semiárido e ter vida digna, sobretudo a partir da produção agroecológica, da transição energética, da captação e manejo de água de chuva, que gera vida não só para os seres humanos, mas para todos que habitam o semiárido no bioma caatinga.

(José Dias, "O significado de conviver com o semiárido". *Folha de S.Paulo*, 10.08.2023. Adaptado)

05. De acordo com o autor, a compreensão equivocada em relação ao sentido da expressão "convivência com o semiárido" consiste em

(A) acreditar na inexistência de relação entre as condições climáticas e a forma de o homem viver na terra que, no semiárido, independe de captação de chuva.

(B) promover qualificação de pessoal com o objetivo de se usufruir demais uma região em que a escassez de recursos é alta, sem condições de regeneração.

(C) combater iniciativas de exploração de recursos naturais que podem levar mais riquezas à região do que, por exemplo, a captação e manejo de água de chuva.

(D) contrapor-se às injustiças sociais na região, na qual os recursos naturais atualmente servem à sobrevivência das famílias, sem perspectivas de comercialização.

(E) desconsiderar as potencialidades humanas dos que vivem ali e as possibilidades de manejo agrícola que podem evitar a transformação da região em um deserto.

06. Assinale a alternativa em que o termo destacado está empregado em sentido figurado.

(A) ... sofrendo com a problemática das **mudanças** climáticas... (1º parágrafo)

(B) ... e ter vida digna, sobretudo a partir da **produção** agroecológica... (4º parágrafo)

(C) ... traz em seu **arcabouço** o real significado sociotransformador... (2º parágrafo)

(D) ... todos que habitam o semiárido no bioma **caatinga**. (4º parágrafo)

(E) ... evitando que a região venha a se constituir um **deserto**. (2º parágrafo)

07. Em relação aos termos destacados em – ... sofrendo **com** a problemática das mudanças climáticas que tanto **aflige**, principalmente, os agricultores e agricultoras de base familiar. (1º parágrafo) –, é correto afirmar que a preposição "com" expressa sentido de

(A) causa; e a forma verbal "aflige", de "atormentar".

(B) intensidade; e a forma verbal "aflige", de "influenciar".

(C) comparação; e a forma verbal "aflige", de "prejudicar".

(D) modo; e a forma verbal "aflige", de "espairecer".

(E) consequência; e a forma verbal "aflige", de "devastar".

08. Considere as passagens:

- **Isso** inclui premissas como o cuidado com o meio ambiente para uma vida digna... (2º parágrafo)
- **Elas** mobilizam os agricultores e agricultoras, promovendo trocas de experiência... (3º parágrafo)

Os termos destacados referem-se, correta e respectivamente, a:

(A) trazer o real significado sociotransformador; as lutas populares.

(B) levar a uma compreensão equivocada; as possibilidades de riqueza.

(C) sofrer com as mudanças climáticas; as alternativas já geradas.

(D) mudar as condições de vida; transformações no comportamento.

(E) transformar os obstáculos em oportunidades; organizações sociais.

09. O uso do acento indicativo da crase atende à norma-padrão em:

(A) É grande a riqueza de possibilidades, de caminhos, de alternativas já geradas, que deram origem à muitas organizações sociais.

(B) As organizações sociais possibilitam à convivência com o semiárido e vida digna a todos que habitam no bioma caatinga.

(C) Elas mobilizam os agricultores e agricultoras, com trocas de experiência e qualificação para à construção coletiva do conhecimento.

(D) O sentido da expressão "convivência com o semiárido" pode levar à compreensão equivocada do que seja viver ali.

(E) O sentido real da expressão "convivência com o semiárido" está relacionado à seu real significado sociotransformador.

10. Assinale a alternativa em que a concordância verbal e o emprego de verbos estão de acordo com a norma-padrão.

(A) O semiárido é um dos biomas que merece atenção por suas peculiaridades, no qual o homem interveio para buscar riquezas com a produção agroecológica.

(B) Quando o homem quiser melhor aproveitamento do semiárido, as mudanças climáticas e as injustiças sociais que compõe obstáculos deverão ser contornadas.

(C) É preciso que hajam trocas de experiências e qualificação dos agricultores e agricultoras para que se garanta a construção coletiva do conhecimento.

(D) Já fazem anos que famílias vem se dedicando à produção agroecológica no semiárido, ainda que muitos consideram que ali só existe adversidades.

(E) Gera-se riquezas de possibilidades, de caminhos e de alternativas na região do semiárido, caso se mantém a qualificação dos agricultores e agricultoras.

Leia o texto para responder às questões de números **11** a **16**.

Kazukuta

Nós estávamos sempre atentos à queda das nêsperas, das pitangas e das goiabas, e era mesmo por gritarmos ou por corrermos que o Kazukuta acordava assim no modo lento de vir nos espreitar, saía da casota dele a ver se alguma fruta ia sobrar para a fome dele.

Normalmente ele comia as nêsperas meio cansadas ou de pele já escura que ninguém apanhava. Mexia-se sempre devagarinho, bocejava, e era capaz de ir procurar um bocadinho de sol para lhe acudir as feridas, ou então mesmo buscar regresso na casota dele. Às vezes, mesmo no meio das brincadeiras, meio distraído, e antes de me gritarem com força para eu não estar assim tipo estátua, eu pensava que, se calhar, o Kazukuta naquele olhar dele de ramelas e moscas, às vezes, ele podia estar a pensar. Mesmo se a vida dele era só estar ali na casota, sair e entrar, tomar banho de mangueira com água fraca, apanhar nêsperas podres e voltar a entrar na casota dele, talvez ele estivesse a pensar nas tristezas da vida dele.

Acho que o Kazukuta era um cão triste. Nós não lhe ligávamos nenhuma. Ninguém brincava com ele, nem já os mais velhos lhe faziam só uma festinha de vez em quando. Mesmo nós só queríamos que ele saísse do caminho e não nos viesse lamber com a baba dele bem grossa de pingar devagarinho e as feridas quase a nunca sararem. Acho que o Kazukuta nunca apanhou nenhuma vacina, se calhar ele tinha alergia ou medo de vacina, não sei, devia perguntar ao tio Joaquim. Também o Kazukuta não passeava na rua e cada vez andava só a dormir mais.

(Ondjaki, *Os da minha rua*, 2007. Fragmento)

11. O narrador mostra que Kazukuta

(A) ficava isolado das crianças e de adultos, pois desenvolvera a capacidade de raciocinar.

(B) vivia sob os cuidados do tio Joaquim, que severamente cuidava da saúde desse animal.

(C) brincava junto com os garotos, que lhe davam nêsperas frescas que colhiam no local.

(D) era um cão que vivia à margem das atenções dos garotos, que chegavam a evitá-lo.

(E) estava velho e, por essa razão, somente os adultos ainda lhe rendiam alguns cuidados.

12. A relação de causa e consequência entre as informações está corretamente evidenciada na passagem:

(A) Acho que o Kazukuta nunca apanhou nenhuma vacina, se calhar ele tinha alergia ou medo de vacina, não sei... (3º parágrafo)

(B) ... e era mesmo por gritarmos ou por corrermos que o Kazukuta acordava assim no modo lento de vir nos espreitar... (1º parágrafo)

(C) Normalmente ele comia as nêsperas meio cansadas ou de pele já escura que ninguém apanhava. (2º parágrafo)

(D) ... e não nos viesse lamber com a baba dele bem grossa de pingar devagarinho e as feridas quase a nunca sararem. (3º parágrafo)

(E) Mexia-se sempre devagarinho, bocejava, e era capaz de ir procurar um bocadinho de sol para lhe acudir as feridas... (2º parágrafo)

13. No trecho do 2º parágrafo – Mexia-se **sempre** devagarinho, bocejava... –, o termo "sempre" pertence à mesma classe de palavra que o termo destacado em:

(A) ... acordava assim no modo **lento** de vir nos espreitar... (1º parágrafo)

(B) ... e cada vez **andava** só a dormir mais. (3º parágrafo)

(C) **Normalmente** ele comia as nêsperas meio cansadas... (2º parágrafo)

(D) ... e era capaz de ir procurar um **bocadinho** de sol... (2º parágrafo)

(E) ... talvez ele estivesse a pensar nas **tristezas** da vida dele. (2º parágrafo)

14. Em conformidade com a norma-padrão, a frase do 3º parágrafo – Acho que o Kazukuta era um cão triste. – pode ser expandida da seguinte forma:

(A) Acho que o Kazukuta era um cão triste porque é assim que lembra ele.

(B) Acho que o Kazukuta era um cão triste porque é assim que lembro ele.

(C) Acho que o Kazukuta era um cão triste porque é assim que lembro dele.

(D) Acho que o Kazukuta era um cão triste porque é assim que me lembro-o.

(E) Acho que o Kazukuta era um cão triste porque é assim que me lembro dele.

15. Na passagem do primeiro parágrafo – Nós estávamos sempre atentos **à queda das nêsperas**... –, a expressão destacada exemplifica a regência nominal, assim como a destacada em:

(A) ... se calhar ele tinha alergia ou medo **de vacina**... (3º parágrafo)

(B) ... a ver se alguma fruta ia sobrar **para a fome dele**. (1º parágrafo)

(C) ... naquele olhar dele **de ramelas e moscas**... (2º parágrafo)

(D) ... não nos viesse lamber **com a baba dele**... (3º parágrafo)

(E) ... e antes de me gritarem **com força**... (2º parágrafo)

16. Na passagem do 2º parágrafo – ... e era capaz de ir procurar um bocadinho de sol para **lhe** acudir as feridas... –, o pronome "lhe" expressa o mesmo sentido que o destacado em:

(A) ... e não **nos** viesse lamber com a baba dele... (3º parágrafo)

(B) ... nem já os mais velhos **lhe** faziam só uma festinha... (3º parágrafo)

(C) Mexia-**se** sempre devagarinho, bocejava... (2º parágrafo)

(D) ... ou de pele já escura que **ninguém** apanhava. (2º parágrafo)

(E) ... a ver se alguma fruta ia sobrar para a fome **dele**. (1º parágrafo)

Leia o texto para responder às questões de números **17** a **20**.

A utopia de um mundo sem droga

O tema das drogas ocorre sempre em meio a discussões calorosas e polêmicas. De um lado, existem aqueles que são absolutamente contrários a _____ espécie de regulamentação ou flexibilização do uso de "drogas". _____ ora em princípios médicos, ora em princípios morais ou religiosos, tais pessoas ou entidades abominam o uso de substâncias, até mesmo para fins terapêuticos. Do outro lado, pois se apresentam como lados diametralmente opostos, estão os que argumentam favoravelmente ao uso de substâncias, desde que regulado por políticas públicas. Em 1961, ano em que ocorreu a Convenção Única Sobre Estupefacientes, nos EUA, passou-se a aspirar _____ uma sociedade livre de drogas, um mundo sem drogas. _____ a liderança do então presidente estadunidense Richard Nixon, no auge da hegemonia dos EUA e inspirado pelo espírito vitorioso do pós-Segunda Grande Guerra, uma outra guerra foi declarada, desta vez contra as drogas. Em que pese o fracasso de uma outra experiência anterior, a da Lei Seca, que consolidou as gangues de tráfico de álcool e aumentou e profissionalizou a criminalidade no país, o ideal da guerra às drogas foi adotado e internacionalizado mediante os princípios proibicionistas e criminalizantes de seu uso. A utopia de um mundo sem drogas, no entanto, foi-se mostrando cada vez mais distante. Informes do Escritório das Nações Unidas Sobre Drogas e Crime (UNODC) vêm anunciando que, desde então, o número de usuários dessas substâncias vem experimentando um assombroso crescimento.

(Paulo Amarante, "A utopia de um mundo sem droga". https://revistacult.uol.com.br/, 02.07.2023. Adaptado)

17. De acordo com a norma-padrão, as lacunas do texto devem ser preenchidas, correta e respectivamente, com:

(A) quaisquer ... Fundamentadas ... com ... Com

(B) qualquer ... Fundamentadas ... a ... Sob

(C) qualquer ... Fundamentados ... por ... Sob

(D) quaisquer ... Fundamentado ... por ... Sobre

(E) qualquer ... Fundamentados ... a ... Sobre

18. Os termos do texto "utopia", "abominam" e "hegemonia" têm como sinônimos, correta e respectivamente:

(A) esperança; querem; superioridade.

(B) devaneio; condenam; hierarquia.

(C) desatino; defendem; democracia.

(D) quimera; repelem; supremacia.

(E) sonho; desprezam; submissão.

19. As informações finais do texto permitem inferir corretamente que

(A) o combate às drogas falhou, a exemplo da Lei Seca, como o prova o recrudescimento do número de usuários dessas substâncias.

(B) a Lei Seca e o combate às drogas permitiram que o governo dos Estados Unidos acabasse com a profissionalização da criminalidade.

(C) a eficiência do combate às drogas é eficaz, graças aos princípios proibicionistas e criminalizantes, ausentes na Lei Seca.

(D) a Lei Seca e o combate às drogas foram políticas que, apesar do alcance limitado inicialmente, mudaram o cenário social.

(E) a Lei Seca é uma política de saúde pública que não logrou êxito em seu propósito, ao contrário do combate às drogas.

20. Analise as passagens:

- Do outro lado, **pois** se apresentam como lados diametralmente opostos, estão os que argumentam favoravelmente ao uso de substâncias, **desde que** regulado por políticas públicas.
- **Em que pese** o fracasso de uma outra experiência anterior, a da Lei Seca, que consolidou as gangues de tráfico de álcool e aumentou e profissionalizou a criminalidade no país, o ideal da guerra às drogas foi adotado...
- A utopia de um mundo sem drogas, **no entanto**, foi-se mostrando cada vez mais distante.

As expressões destacadas expressam, correta e respectivamente, sentidos de:

(A) explicação; condição; concessão; adversidade.

(B) conclusão; condição; finalidade; adversidade.

(C) conclusão; tempo; comparação; explicação.

(D) adversidade; tempo; finalidade; conclusão.

(E) explicação; conclusão; causa; comparação.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Direito Penal

21. Imagine que, pelo mesmo fato e crime, acusado fora condenado no Brasil à pena de 4 anos e no estrangeiro à pena de 3 anos, ambas transitadas em julgado. Depois de ter cumprido 2 anos de pena no estrangeiro, o acusado foge e é capturado no Brasil. Aqui, cumprirá mais

(A) 4 anos.

(B) 1 ano.

(C) 2 anos.

(D) 1 ano, mas apenas se homologado o cumprimento da sentença estrangeira ao Brasil.

(E) 5 anos.

22. O dia do começo _____ no cômputo do prazo. Contam-se os dias, os meses e os anos pelo calendário _____. Desprezam-se, nas penas privativas de liberdade e nas restritivas de direitos, as frações de _____.

Assinale a alternativa que completa, correta e respectivamente, as lacunas.

(A) exclui-se ... comercial ... dia

(B) inclui-se ... comum ... dia

(C) exclui-se ... comum ... dia

(D) inclui-se ... civil ... hora

(E) exclui-se ... civil ... hora

23. Nos exatos termos do art. 100, § 3º, do CP, a ação de iniciativa privada pode intentar-se nos crimes de ação pública, se

(A) a vítima, ou seu representante legal, não concordar com o arquivamento do inquérito policial.

(B) houver dúvida quanto à tipificação legal.

(C) o Ministério Público requerer o arquivamento dos autos.

(D) o Ministério Público não oferecer denúncia no prazo legal.

(E) for oferecido acordo de não persecução penal ao acusado.

24. As penas restritivas de direitos

(A) prescrevem nos mesmos prazos previstos para a pena de multa.

(B) prescrevem nos prazos estabelecidos na lei civil, por não terem natureza penal.

(C) prescrevem em 2 (dois) anos, quando as restritivas de direitos forem as únicas cominadas ou aplicadas.

(D) não prescrevem.

(E) prescrevem nos mesmos prazos previstos para a pena privativa de liberdade.

25. A pena do homicídio é aumentada de 1/3 (um terço) até a metade se o crime for cometido contra pessoa com deficiência ou com doença que implique o aumento de sua vulnerabilidade, desde que a vítima seja, ainda,

(A) mulher e o homicídio seja praticado em situação de violência doméstica ou familiar.

(B) mulher e o homicídio seja praticado em situação de menosprezo ou discriminação à condição de mulher.

(C) menor de 14 anos.

(D) tutelada ou curatelada pelo autor.

(E) descendente do autor.

26. Sob a denominação de lesão corporal grave o CP agrupa dois níveis de consequências. O primeiro, que tem pena de 1 a 5 anos, e o segundo, que tem pena de 2 a 8 anos. Assinale a alternativa que apresenta, apenas, hipóteses de lesão corporal do primeiro grupo.

(A) Inutilização do membro, sentido ou função; incapacidade para as ocupações habituais, por mais de trinta dias.

(B) Perigo de vida; debilidade permanente de membro, sentido ou função.

(C) Aceleração de parto; enfermidade incurável.

(D) Aborto; perigo de vida.

(E) Deformidade permanente; incapacidade permanente para o trabalho.

27. Crime que tem a pena aumentada quando cometido por funcionário público que se prevalece do cargo:

(A) falsificação do selo ou sinal público.

(B) falsificação de documento particular.

(C) falsidade de atestado médico.

(D) reprodução ou adulteração de selo ou peça filatélica.

(E) falsidade material de atestado ou certidão.

28. Imagine que um funcionário público tenha a posse de um automóvel particular, em função do cargo que exerce. Imagine, ainda, que tendo ciência de que o proprietário do automóvel faleceu, o funcionário apropria-se de tal bem. É correto afirmar que houve

(A) excesso de exação.

(B) conduta atípica, passível de apuração na esfera funcional.

(C) concussão.

(D) peculato.

(E) prevaricação.

29. Configura-se o crime de denunciação caluniosa na seguinte hipótese:

(A) caluniar alguém, imputando-lhe falsamente fato definido como crime.

(B) provocar a ação de autoridade, comunicando-lhe a ocorrência de crime ou de contravenção que sabe não se ter verificado.

(C) acusar-se, perante a autoridade, de crime inexistente.

(D) dar causa à instauração de processo administrativo disciplinar contra alguém, imputando-lhe infração ético-disciplinar de que o sabe inocente.

(E) acusar-se, perante a autoridade, de crime praticado por outrem.

Direito Processual Penal

30. Assinale a alternativa correta no que concerne à ação penal, segundo o Código de Processo Penal (CPP, art. 24 a 42).

(A) Nos crimes de ação pública condicionada, esta será promovida por queixa do ofendido.

(B) Seja qual for o crime, quando praticado em detrimento do patrimônio ou interesse da União, Estado e Município, dependerá de requisição do órgão ofendido.

(C) A representação será retratável a qualquer momento.

(D) No caso de morte do ofendido ou quando declarado ausente por decisão judicial, o direito de representação se extingue.

(E) Nos crimes de ação pública, esta será promovida por denúncia do Ministério Público.

31. No caso de morte do acusado, para que o juiz declare extinta sua punibilidade, nos termos do art. 62 do CPP, necessita-se, apenas, da

(A) manifestação favorável do Ministério Público.

(B) juntada de certidão de óbito e de laudo elaborado por perito oficial.

(C) juntada da certidão de óbito e manifestação do Ministério Público.

(D) juntada de certidão de óbito, oitiva judicial do médico que o declarou e manifestação do Ministério Público.

(E) juntada da certidão de óbito.

32. O sequestro de bens imóveis poderá ser realizado de ofício,

(A) contudo, é vedado caso os bens já tenham sido transferidos a terceiros.

(B) a requerimento do Ministério Público ou do ofendido, ou mediante representação da autoridade policial, em qualquer fase do processo, mas apenas após oferecida a denúncia ou queixa.

(C) a requerimento do Ministério Público ou do ofendido, ou mediante representação da autoridade policial, em qualquer fase do processo mesmo antes de oferecida a denúncia ou queixa.

(D) a requerimento do Ministério Público ou mediante representação da autoridade policial, em qualquer fase do processo, mesmo antes de oferecida a denúncia, mas não é possível em ações penais privadas.

(E) bastando a existência de indícios veementes da proveniência ilícita dos bens e a punição do crime com reclusão.

33. Com relação à prova testemunhal e o regramento que lhe dá o CPP (art. 202 a 204), é correto afirmar:

(A) a testemunha tem obrigação de dizer a verdade, mas não é obrigada a declarar dados que a possam identificar como, por exemplo, local onde exerce sua atividade.

(B) toda pessoa pode ser testemunha.

(C) o depoimento de qualquer testemunha deve ser prestado oralmente, vedada a consulta a apontamentos.

(D) o depoimento de qualquer testemunha pode ser apresentado por escrito, desde que com qualificação e firma reconhecida.

(E) o depoimento de qualquer testemunha pode ser prestado oralmente ou por escrito.

34. No que diz respeito ao regramento que o CPP dispensa à busca (CPP, art. 240 a 250), é correto afirmar:

(A) se, concomitantemente, houver ordem de prisão, constará do próprio texto do mandado de busca.

(B) não sendo encontrada a coisa procurada, mas havendo fundada suspeita, a diligência pode ser imediatamente realizada em novo endereço, sem necessidade de expedição de novo mandado.

(C) descoberta a coisa que se procura, será imediatamente apreendida e levada à presença da autoridade judicial.

(D) no caso de prisão, a busca pessoal só é permitida se houver expressa autorização no respectivo mandado.

(E) em nenhuma hipótese será permitida a apreensão de documento em poder do defensor do acusado.

35. O art. 283 do CPP prevê três modalidades de prisão, quais sejam:

(A) flagrante delito; prisão preventiva; prisão temporária.

(B) flagrante delito; prisão provisória; dívida de alimentos.

(C) flagrante delito; dívida de alimentos; condenação criminal transitada em julgado.

(D) prisão processual; prisão cautelar e prisão definitiva.

(E) flagrante delito; prisão cautelar; condenação criminal transitada em julgado.

36. Completada a citação com hora certa, se o acusado não comparecer,

(A) será decretada a prisão preventiva.

(B) ser-lhe-á nomeado curador.

(C) será publicado edital de citação.

(D) ser-lhe-á nomeado defensor dativo.

(E) ficarão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional.

37. Nos termos do art. 406 do CPP, o prazo de 10 dias para o acusado apresentar resposta escrita à acusação, ao lado de outra possibilidade, conta-se

(A) a partir do efetivo cumprimento do mandado.

(B) da outorga de procuração ao advogado.

(C) da juntada aos autos do mandado de citação.

(D) da decisão que designar audiência de instrução.

(E) da decisão que analisar a defesa prévia.

38. É de menor potencial ofensivo, nos termos do art. 61 da Lei nº 9.099/95, a seguinte hipotética infração penal:

(A) crime doloso, com pena de 1 ano a 3 anos.

(B) crime doloso, com pena de 6 meses a 3 anos e multa.

(C) crime doloso, com pena de 1 ano a 2 anos e multa.

(D) crime culposo, com pena de 1 ano a 3 anos e multa.

(E) crime culposo, com pena de 2 anos a 4 anos.

Direito Processual Civil

39. Lucas, Martha e Fabiana são amigos de longa data e juntos decidem abrir uma cafeteria. Para isso, eles assinam um contrato no qual consta que eles serão devedores solidários em relação às despesas do empreendimento, assim como pelo pagamento das dívidas relacionadas ao negócio. Após um tempo de funcionamento, a cafeteria começa a enfrentar dificuldades financeiras devido a um declínio nas vendas. Como resultado, uma dívida significativa se acumula com o fornecedor de café, que se mostra impaciente em relação ao pagamento e decide propor ação judicial para cobrar a dívida pendente, incluindo no polo passivo apenas Lucas, uma vez que Martha era sua cunhada e Fabiana reside em outra comarca. Diante da situação hipotética, Lucas, devidamente citado, deverá

(A) apresentar contestação chamando ao processo Martha e Fabiana, sendo certo que a citação de ambas deve ser promovida no prazo de 30 (trinta) dias sob pena de ficar sem efeito o chamamento.

(B) requerer o chamamento de Martha e Fabiana, que deverão ser citadas no prazo de trinta dias e dois meses, respectivamente.

(C) apresentar contestação requerendo a extinção da ação sem julgamento do mérito em razão da ilegitimidade das partes.

(D) denunciar à lide Martha e Fabiana nos próprios autos.

(E) chamar ao processo Martha e Fabiana por meio de incidente em autos apartados.

40. Incumbe ao oficial de justiça

(A) fazer pessoalmente citações, prisões, penhoras, arrestos e demais diligências próprias do seu ofício, sempre que possível, na presença de uma testemunha, certificando no mandado o ocorrido, com menção ao lugar, ao dia e à hora.

(B) entregar o mandado em cartório em até 3 (três) dias após seu cumprimento.

(C) certificar, em mandado, proposta de autocomposição apresentada por qualquer das partes, imediatamente e em ato próprio.

(D) auxiliar o juiz na manutenção da ordem.

(E) executar as ordens de qualquer juiz da comarca.

41. No que diz respeito às ações de família, assinale a alternativa correta.

(A) A citação será feita na pessoa do réu ou de seu advogado.

(B) A citação ocorrerá com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data designada para a audiência.

(C) Recebida a petição inicial e, se for o caso, tomadas as providências referentes à tutela provisória, o juiz ordenará a citação do réu, na pessoa de seu advogado, para comparecer à audiência de mediação e conciliação.

(D) O mandado de citação conterá apenas os dados necessários à audiência e deverá estar acompanhado de cópia da petição inicial.

(E) Na audiência, as partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou de defensores públicos.

42. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo.

Acerca do tema, assinale a alternativa correta.

(A) Os advogados poderão requerer que, na intimação a eles dirigida, figure apenas o nome da sociedade a que pertençam, desde que devidamente registrada na Ordem dos Advogados do Brasil.

(B) Em processos pendentes, desde que a pedido da parte ou do Ministério Público, o juiz determinará as intimações.

(C) Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo por oficial de justiça ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria.

(D) Se inviável a intimação por meio eletrônico e não houver na localidade publicação em órgão oficial, incumbirá ao oficial de justiça intimar de todos os atos do processo os advogados das partes pessoalmente, se tiverem domicílio na sede do juízo.

(E) A parte arguirá a nulidade da intimação em capítulo preliminar do próprio ato que lhe caiba praticar, o qual será tido por tempestivo mesmo se o vício não for reconhecido.

43. Acerca da competência no processo de execução, de acordo com o disposto no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

(A) A inscrição será cancelada definitivamente, no prazo de quinze dias, se for efetuado o pagamento ou se a execução for extinta por qualquer outro motivo.

(B) A inscrição no cadastro de inadimplentes será suspensa se for garantida a execução.

(C) O oficial de justiça poderá cumprir os atos executivos determinados pelo juiz também nas comarcas contíguas, de fácil comunicação.

(D) Sempre que, para efetivar a execução, for necessário o emprego de força policial, o oficial de justiça a requisitará.

(E) O juiz, de ofício, pode determinar a inclusão do nome do executado em cadastros de inadimplentes.

44. Acerca da avaliação da penhora, assinale a alternativa correta.

(A) A avaliação será feita pelo oficial de justiça. No entanto, se forem necessários conhecimentos especializados, o juiz nomeará avaliador, fixando-lhe prazo não superior a 15 (quinze) dias para entrega do laudo.

(B) Quando uma das partes aceitar a estimativa feita pela outra, em regra não se procederá à avaliação, podendo ser realizada se houver fundada dúvida do juiz quanto ao real valor do bem.

(C) A avaliação será feita por avaliador quando se tratar de títulos ou de mercadorias que tenham cotação em bolsa.

(D) Após a avaliação, o juiz poderá, de ofício e liminarmente, mandar ampliar a penhora ou transferi-la para outros bens mais valiosos, se o valor dos bens penhorados for inferior ao crédito do exequente.

(E) Não é admitida nova avaliação ainda que se verifique, posteriormente à avaliação, que houve majoração ou diminuição no valor do bem.

45. O juiz da 3ª vara cível da comarca X proferiu o seguinte despacho: “trata-se de ação de cobrança movida por A em face de B. Após análise dos autos, verificou-se que o valor pleiteado pela autora A é de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), conforme petição inicial. No entanto, observo que, no cálculo da inicial, foi atribuído erroneamente o valor de R$ 1.000,00 (mil reais). Cite-se a parte ré B para complementação dos valores devidos”.

Diante da situação hipotética, considerando o disposto no Código de Processo Civil, assinale a alternativa que corresponde ao recurso cabível.

(A) Não cabe recurso.

(B) Embargos de declaração em razão da contradição.

(C) Embargos de declaração em razão da omissão.

(D) Embargos de declaração para corrigir erro material.

(E) Embargos de declaração em razão da obscuridade.

46. Juliano, maior de dezoito anos, capaz, decidiu propor ação de indenização por danos materiais e morais em face da companhia aérea Voemais S.A. em razão do cancelamento do seu voo para Fernando de Noronha, onde iria passar as férias. Em razão do cancelamento, Juliano teve que arcar com as despesas das reservas de hotéis e passeios, razão pela qual requereu o valor de indenização em vinte salários mínimos. A ação foi proposta por ele mesmo, sem a assistência de advogado, perante o Juizado Especial Cível da sua comarca.

Diante da situação hipotética, considerando o disposto na Lei nº 9.099 de 26 de setembro de 1995, assinale a alternativa correta.

(A) A companhia aérea Voemais S.A. não poderá ser ré em ações propostas perante o Juizado Especial Cível, uma vez que tal procedimento especial se presta para as pessoas enquadradas como microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte.

(B) Caso Juliano decida contratar um advogado para acompanhar a causa, o mandato poderá ser verbal, inclusive quanto aos poderes especiais.

(C) Considerando ser a companhia aérea Voemais S.A. uma pessoa jurídica, Juliano, em razão da sua hipossuficiência, deverá ter assistência judiciária prestada por órgão instituído junto ao Juizado Especial.

(D) Juliano poderá ser autor, independentemente de assistência, inclusive para fins de conciliação.

(E) A companhia aérea Voemais S.A. deverá ser representada por preposto credenciado, munido de carta de preposição com poderes para transigir, com necessidade de vínculo empregatício.

Direito Constitucional

47. Consta, de maneira expressa, na Constituição Federal que a dignidade da pessoa humana figura entre os

(A) direitos humanos.

(B) direitos e deveres individuais e coletivos.

(C) fundamentos da República Federativa do Brasil.

(D) objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.

(E) direitos e garantias fundamentais.

48. Max, cidadão alemão, casou-se com a brasileira Antônia, da união nasceu um filho brasileiro, Carlos. De acordo com a Constituição Federal, a sucessão dos bens de propriedade de Max situados no Brasil será regulada pela lei

(A) do país de origem do "de cujus", ou seja, pela lei alemã.

(B) que rege as relações internacionais entre o Brasil e a Alemanha.

(C) brasileira em benefício do cônjuge e do filho brasileiro, independentemente de qualquer disposição legal do país de origem do "de cujus".

(D) brasileira em benefício do filho brasileiro e de eventuais outros herdeiros do "de cujus".

(E) brasileira em benefício do cônjuge e do filho brasileiro, sempre que não lhes seja mais favorável a lei pessoal do "de cujus".

49. O lazer:

(A) apesar de não estar previsto expressamente entre os direitos sociais, é direito garantido pela legislação infraconstitucional.

(B) figura expressamente entre os direitos e as garantias fundamentais.

(C) integra os direitos sociais juntamente com a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho e outros.

(D) consta expressamente previsto entre os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.

(E) não está contemplado constitucionalmente entre os direitos e garantias fundamentais, nem entre os direitos sociais.

50. É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte:

(A) a lei poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato.

(B) lei específica fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva.

(C) é facultativa a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.

(D) é legal a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial.

(E) o aposentado filiado tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais.

51. A idade mínima exigida como condição de elegibilidade para o cargo de Vereador é de

(A) dezoito anos.

(B) vinte e um anos.

(C) trinta e cinco anos.

(D) trinta anos.

(E) vinte anos.

52. A cassação de direitos políticos

(A) se dará no caso de cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado.

(B) é vedada constitucionalmente.

(C) se dará no caso de incapacidade civil absoluta.

(D) se dará no caso de improbidade administrativa.

(E) se dará no caso de condenação criminal transitada em julgado.

53. A orientação constitucional quanto à acumulação remunerada de cargos públicos é a seguinte:

(A) a proibição de acumular não se estende a empregos e funções públicas.

(B) quando houver compatibilidade de horários é possível a acumulação de um cargo de professor com outro técnico ou científico.

(C) podem ser acumulados até três cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.

(D) é totalmente vedada a acumulação remunerada de cargos públicos.

(E) quando houver compatibilidade de horários é possível a acumulação de até três cargos de professor.

54. Bonifácio, ocupante do cargo de Oficial de Justiça, pretende candidatar-se ao cargo de vereador. Uma vez eleito

(A) será afastado do cargo de Oficial de Justiça para o exercício do mandato eletivo, com prejuízo de contagem de seu tempo de serviço para todos os efeitos legais.

(B) deverá necessariamente afastar-se de seu cargo de Oficial de Justiça, passando a ser remunerado pela vereança.

(C) será necessariamente afastado do cargo de Oficial de Justiça, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.

(D) havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo de Oficial de Justiça, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.

(E) havendo compatibilidade de horários, ser-lhe-á facultado optar pela sua remuneração.

Direito Administrativo

55. De acordo com o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de São Paulo (Lei nº 10.261/68), é correto afirmar que:

(A) em regra, o Estatuto se aplica subsidiariamente aos funcionários do Poder Judiciário e do Ministério Público.

(B) as nomeações serão feitas, em regra, em caráter vitalício.

(C) funcionário público, para fins do Estatuto, é a pessoa legalmente investida em cargo público.

(D) em regra, o Estatuto se aplica aos militares do Estado de São Paulo.

(E) os termos “cargo público” e “emprego público” se destinam a designar o conjunto de atribuições e responsabilidades cometidas a um funcionário.

56. Considere que João foi aprovado em concurso público destinado ao provimento de cargo efetivo. Após a apresentação dos documentos inicialmente solicitados pelo setor de recursos humanos do órgão público que irá integrar, foi-lhe informado que precisará passar por uma perícia médica, supostamente necessária para atestar a sua boa saúde. Dentre os documentos que entregou, contudo, consta atestado emitido pela Secretaria de Segurança Pública, no qual é informado que João é indiciado em inquérito policial pela possível prática de contravenção penal de “jogo de azar”.

Com base no cenário exposto e no disposto na Lei nº 10.261/68, é correto afirmar que

(A) o atestado de boa saúde é necessário para avaliar possível concessão de benefício previdenciário futuro, mas não pode ser imposto como condição para provimento do cargo.

(B) a perícia médica realizada por órgão médico oficial do Estado pode ser substituída por Atestado de Saúde Ocupacional, expedido por médico registrado no Conselho Regional correspondente.

(C) o fato de ser indiciado por prática de contravenção o impede, conforme expressamente previsto em Lei, de ser considerado como dotado de “boa conduta” e consequentemente tomar posse no cargo.

(D) João não poderá tomar posse no cargo, pois a legislação impõe que o servidor público apresente certidão negativa cível e criminal.

(E) caso o laudo constate deficiência de capacidade física, comprovadamente estacionária, esta não constituirá impedimento para a posse no cargo público, desde que não impeça o desempenho normal das funções que lhe são inerentes.

57. O ato pelo qual o funcionário assume as atribuições e responsabilidade do cargo é a(o)

(A) Exercício.

(B) Desempenho.

(C) Progressão.

(D) Nomeação.

(E) Posse.

58. Considere que Mário foi nomeado para ocupar cargo efetivo no Estado de São Paulo e está em exercício há seis meses. Como estudou por dois anos para ser aprovado no concurso público e possui grande expectativa para ter um merecido descanso, procura o setor de pessoal a que está vinculado, para tirar dúvidas sobre férias. Joana, que trabalha nesse setor, poderá informar, com base na Lei nº 10.261/68, de forma correta que:

(A) Mário poderá gozar, no primeiro exercício, de sessenta dias de férias.

(B) o período de férias é considerado como de efetivo exercício e nele o funcionário perceberá todas as vantagens.

(C) por se tratar de direito fundamental, o período de férias não poderá ser reduzido, em função de faltas justificadas.

(D) de acordo com a Lei, Mário terá o direito de receber as verbas de natureza indenizatória, tais como auxílio-alimentação e auxílio-transporte.

(E) as férias acumuladas, por necessidade de serviço, poderão ser convertidas em pecúnia, mediante autorização de seu chefe imediato.

59. A respeito dos deveres e proibições dos funcionários públicos, de acordo com a Lei nº 10261/68, é correto afirmar que o funcionário

(A) deve residir no local onde exerce o cargo ou em cidade que não esteja a mais de 60 km de distância do posto de trabalho.

(B) pode constituir-se procurador de partes perante repartição pública, para tratar de interesse de parente de terceiro grau.

(C) não está impedido de incitar greves ou a elas aderir.

(D) poderá retirar, sem prévia permissão da autoridade competente, documento da repartição, desde que a conduta não cause prejuízo manifesto.

(E) não está impedido de fazer parte do quadro societário de sociedade empresária.

60. Considere que Isaías, servidor público, recebeu vantagem econômica indireta para facilitar a permuta de bem imóvel entre um particular com a Administração. Com base na Lei nº 8.429/92, é correto afirmar que a conduta

(A) não praticou conduta considerada como improbidade, pois a vantagem econômica deve ser direta.

(B) não está tipificada em lei.

(C) será considerada como improbidade, caso tenha sido praticada de forma dolosa.

(D) somente configurará improbidade caso demonstrado que a permuta foi realizada com bem com preço inferior ao valor de mercado.

(E) configurará improbidade, caso praticada de forma culposa.

61. A conduta de aceitar emprego, comissão ou exercer atividade de consultoria ou assessoramento para pessoa física ou jurídica que tenha interesse suscetível de ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público, durante a atividade, de acordo com a Lei nº 8.429/92

(A) constitui ato de improbidade administrativa por atentar contra os princípios da Administração Pública.

(B) somente configurará improbidade caso comprovado que o agente público estava proibido de exercer atividade privada fora do horário de expediente.

(C) também seria considerada improbidade administrativa caso praticada de forma culposa.

(D) constitui improbidade administrativa.

(E) não constitui improbidade administrativa.

62. A respeito da Declaração de Bens, de que trata a Lei nº 8.429/92, é correto afirmar que:

(A) caso fornecida anualmente, o servidor público estará isento de apresentá-la novamente quando deixar de exercer o cargo.

(B) a sua apresentação é condição para a posse e exercício de função pública.

(C) corresponderá à declaração de imposto de renda e provento de qualquer natureza ou formulário aprovado pela autoridade máxima do órgão a que esteja vinculado o servidor.

(D) a recusa à apresentação sujeita o agente público a pena de suspensão.

(E) a atualização anual será realizada caso assim determinado pela chefia imediata do servidor público.

Direito Civil

63. No que diz respeito às pessoas jurídicas, assinale a alternativa correta.

(A) São livres a criação, a organização, a estruturação interna e o funcionamento das organizações religiosas, sendo permitido, mesmo que sem fundamentação, a negativa pelo poder público do registro dos atos constitutivos e necessários ao seu funcionamento.

(B) Começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo, averbando-se no registro todas as alterações por que passar o ato constitutivo.

(C) Prescreve em três anos o direito de anular a constituição das pessoas jurídicas de direito privado, por defeito do ato respectivo, contado o prazo da publicação de sua inscrição no registro.

(D) São pessoas jurídicas de direito privado as associações, sociedades, fundações, organizações religiosas, partidos políticos e as empresas individuais de responsabilidade limitada.

(E) As associações são civilmente responsáveis por atos dos seus agentes que, nessa qualidade, causem danos a terceiros, ressalvado direito regressivo contra os causadores do dano, apenas se houver, por parte destes, dolo.

64. A empresa ABC Ltda. é uma sociedade empresarial que atua na venda de produtos eletrônicos. Nos últimos anos, a empresa enfrentou dificuldades financeiras acumulando dívidas consideráveis com fornecedores e credores em razão da transferência de ativos sem efetivas contraprestações, razão pela qual decidiu alterar a finalidade original de sua atividade econômica específica. No entanto, os sócios não foram beneficiados diretamente pelo abuso de direito praticado. Diante da situação hipotética, alguns credores da empresa entraram com ações judiciais buscando a desconsideração da personalidade jurídica da ABC Ltda. Considerando o disposto no Código Civil, para que seja concedida a desconsideração da personalidade jurídica

(A) basta a demonstração da transferência de ativos ou de passivos sem efetivas contraprestações que caracteriza a confusão patrimonial, a qual, por sua vez, caracteriza o abuso da personalidade jurídica.

(B) basta a mera alteração da finalidade original da atividade econômica específica da pessoa jurídica.

(C) é necessário que os sócios tenham sido beneficiados diretamente pelo abuso de direito praticado.

(D) poderá ser adotada a teoria menor, na qual basta a demonstração do estado de insolvência do fornecedor ou do fato de a personalidade jurídica representar um obstáculo ao ressarcimento dos prejuízos causados.

(E) é necessária a demonstração do desvio de finalidade e da confusão patrimonial.

65. No que diz respeito aos bens reciprocamente considerados, assinale a alternativa correta.

(A) Desde que separados do bem principal, os frutos e produtos podem ser objeto de negócio jurídico.

(B) Consideram-se benfeitorias os melhoramentos ou acréscimos sobrevindos ao bem sem a intervenção do proprietário, possuidor ou detentor.

(C) Em regra, os negócios jurídicos que dizem respeito ao bem principal abrangem as pertenças.

(D) São pertenças os bens que, não constituindo partes integrantes, se destinam, de modo duradouro, ao uso, ao serviço ou ao aformoseamento de outro.

(E) São acessórios os bens que, embora reunidos, se consideram de per si, independentemente dos demais.

66. Maria e Carlos são vizinhos e têm um desentendimento relacionado à propriedade de uma pequena faixa de terra que fica entre suas casas. Maria afirma que essa faixa de terra é sua propriedade, enquanto Carlos insiste que a área pertence a ele. A disputa entre eles se arrasta por meses, e nenhum dos dois está disposto a ceder. Cansada da situação, Maria pede que seu marido vá até a casa de Carlos e o intimide, ameaçando causar danos à sua propriedade e à sua família caso ele não concorde em assinar um documento reconhecendo a faixa de terra como propriedade de Maria. Sob a pressão da ameaça feita pelo marido de Maria, e com medo de possíveis retaliações, Carlos acaba cedendo e assina o documento em que confessa que a faixa de terra pertence a Maria. Diante da situação hipotética e considerando o disposto no Código Civil, a confissão de Carlos é

(A) revogável.

(B) inexistente.

(C) válida.

(D) nula.

(E) anulável.

67. Valentina, uma respeitada empresária do setor imobiliário, deseja comprar um terreno para expandir seus negócios. Por não ter tempo disponível para cuidar pessoalmente do processo de aquisição do terreno, decide, verbalmente, nomear seu advogado de confiança, André, para ser seu procurador e atuar na negociação e compra do terreno, conferindo, por escrito, poderes expressos e gerais para realizar a transação imobiliária. André aceita tacitamente e realiza a compra do terreno. No entanto, após certo tempo, Valentina descobre que André, abusando dos poderes que lhe foram conferidos, comprou o terreno, mediante escritura pública, em seu próprio nome, aproveitando-se da transação. Diante da situação hipotética, assinale a alternativa correta.

(A) André será considerado mero gestor do negócio quando Valentina ratificar os atos praticados.

(B) Os atos praticados por André são inválidos em relação a Valentina.

(C) O mandato outorgado não poderia ser verbal.

(D) A aceitação de André para o mandato deveria ser expressa.

(E) Por serem os poderes expressos e gerais, a compra realizada por André é válida.

68. Paulo, um senhor bastante idoso, alugou uma de suas casas para Isabela pelo prazo de 30 meses. No quinto mês do contrato de locação, Paulo vem a falecer, deixando como único herdeiro seu filho, Rafael. Finalizado o inventário, sem ter as chaves do imóvel e sem saber do contrato de locação vigente, Rafael decide invadir o imóvel para fixar moradia. Diante da situação hipotética, assinale a alternativa correta.

(A) Rafael é o possuidor direto, razão pela qual pode invadir o imóvel para fixar moradia.

(B) Isabela é a possuidora direta e, portanto, não pode defender a sua posse contra Rafael, possuidor indireto.

(C) Isabela é a possuidora indireta e, portanto, não pode defender a sua posse contra Rafael, possuidor direto.

(D) Para que Isabela pudesse defender o imóvel contra a invasão de Rafael, a sua posse não poderia ser temporária.

(E) Rafael é possuidor indireto e não terá sua posse anulada em razão da posse direta de Isabela.

69. Durante suas férias, Joaquim decidiu se hospedar em uma pousada de luxo de propriedade de Marcelo. Como pretendia ficar por um longo período, Joaquim levou diversas bagagens, joias, dinheiro e até mesmo alguns bens móveis de sua residência. Passada uma semana do início da hospedagem, apesar das insistentes cobranças de Marcelo, Joaquim ainda não havia pagado nenhuma diária. Diante da situação hipotética, assinale a alternativa correta.

(A) Marcelo poderá tomar em garantia todos os objetos de Joaquim, independentemente do valor da dívida.

(B) Marcelo pode fazer efetivo o penhor, antes de recorrer à autoridade judiciária, se houver perigo na demora, dando a Joaquim comprovante dos bens de que se apossou.

(C) Ainda que tenha tabela impressa, prévia e ostensivamente exposta na recepção da pousada de Marcelo, o penhor será nulo.

(D) Marcelo é credor quirografário de Joaquim e, portanto, pode exigir o penhor legal da dívida.

(E) Para que Marcelo seja credor de Joaquim é necessária convenção por escrito entre as partes.

70. No que diz respeito à nomeação do curador para aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade, assinale a alternativa correta.

(A) O cônjuge ou companheiro, não separado judicialmente ou de fato, é, de direito, curador do outro, quando interdito.

(B) Na falta de cônjuge ou companheiro, ascendentes e descendentes, é curador legítimo o colateral que se mostrar mais apto.

(C) Na falta de cônjuge ou companheiro, ascendentes, descendentes e colaterais, compete ao Ministério Público a indicação do curador.

(D) Na falta de cônjuge ou companheiro e ascendentes, será nomeado como curador legítimo o descendente mais próximo.

(E) Na falta do cônjuge ou companheiro, é curador legítimo qualquer um dos ascendentes.

Legislação Especial

71. Assinale a alternativa que está em conformidade com o disposto na Lei nº 6.830/80.

(A) A inscrição na dívida ativa suspenderá a prescrição, para todos os efeitos de direito, por 90 dias, ou até a distribuição da respectiva execução fiscal.

(B) O executado será citado para, no prazo de 10 dias, pagar a dívida com os juros, multa de mora e encargos ou garantir a execução.

(C) O despacho do Juiz, que ordenar a citação, interrompe a prescrição e o executado ausente do País será citado por edital, com prazo de 60 dias.

(D) A Certidão de Dívida Ativa não poderá ser emendada ou substituída se o executado já tiver exercido o seu direito de defesa por meio dos embargos.

(E) Se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar, o oficial de Justiça deverá requerer autorização do juízo para efetivação da penhora.

72. Segundo estabelece a Resolução CNJ 354/2020, é correto afirmar que:

(A) a comunicação eletrônica no processo digital deverá ser realizada por correspondência eletrônica, via e-mail, sendo vedada a comunicação por aplicativos de mensagens e redes sociais.

(B) o cumprimento das citações e das intimações por meio eletrônico deverá ser realizado por ato privativo dos oficiais de justiça.

(C) as partes, os advogados e os terceiros interessados deverão informar nos autos, até a data da sentença, endereços eletrônicos para receber notificações e intimações.

(D) ainda que a citação seja cabível por oficial de justiça, ela poderá ser cumprida por meio eletrônico, que assegure ter o destinatário do ato tomado conhecimento do seu conteúdo.

(E) na hipótese de ocultação será vedado o cumprimento eletrônico de atos processuais por meio de mensagens públicas.

73. Determinada parte de um processo judicial, que precisa protocolar embargos à execução, pretende que o recolhimento da respectiva taxa judiciária seja diferido para depois da satisfação da execução. Nessa situação hipotética, segundo o disposto na Lei nº 11.608/2003, é correto afirmar que a referida pretensão

(A) poderá ser deferida, desde que a parte seja pessoa física e comprove, por meio idôneo, a momentânea impossibilidade financeira do seu recolhimento, ainda que parcial, sendo vedado o benefício às pessoas jurídicas.

(B) poderia ser deferida, tanto a pessoas físicas quanto jurídicas, havendo impossibilidade financeira do recolhimento, ainda que parcial, mas por se tratar de embargos à execução, a lei não permite o diferimento.

(C) poderá ser deferida, independentemente de a parte ser pessoa física ou jurídica, desde que comprove, por meio idôneo, a momentânea impossibilidade financeira do seu recolhimento, ainda que parcial.

(D) poderá ser deferida, seja a parte pessoa física seja pessoa jurídica, que comprovadamente não possa pagar às custas do processo, naquele momento, mas deverá apresentar garantias judiciais do seu futuro adimplemento.

(E) não poderá ser deferida, independentemente da parte e do tipo de processo, tendo em vista que as taxas judiciárias devem obrigatoriamente ser recolhidas antes da prática do ato.

74. Nos moldes da Lei nº 11.608/2003, não incidirá a taxa judiciária, entre outras, nas seguintes causas:

(A) as indenizatórias e as ações que envolvam crianças e adolescentes.

(B) as de inventários e arrolamentos e as de acidentes do trabalho.

(C) as ações de alimentos e as que tiverem a Fazenda Pública no polo passivo.

(D) as ações de alimentos e as de inventários e arrolamentos.

(E) as da jurisdição de menores e as de acidentes do trabalho.

75. A respeito dos mandados, as Normas Judiciais da Corregedoria Geral da Justiça dispõem que:

(A) nos mandados em geral, constarão todos os endereços dos destinatários da ordem judicial, declinados ou existentes nos autos, salvo o do local de trabalho.

(B) mensalmente o escrevente relacionará os mandados em poder dos oficiais de justiça, além dos prazos legais ou fixados, comunicando ao escrivão, para as providências cabíveis.

(C) os mandados serão entregues ou encaminhados aos encarregados das diligências mediante a respectiva carga, juntamente com o valor da diligência, devendo o oficial de justiça assinar o respectivo termo de responsabilidade.

(D) no caso de o mandado anterior não consignar elementos essenciais para o cumprimento da nova diligência, será dispensado o seu desentranhamento e aditamento, expedindo-se novo mandado.

(E) os mandados de prisão serão entregues diretamente aos oficiais de justiça, especialmente designados pelo Juízo para esse mister, que poderá solicitar apoio policial para o seu devido cumprimento.

76. A respeito dos mandados, as Normas Judiciais da Corregedoria Geral da Justiça estabelecem que

(A) existindo seção designada para a feitura das cargas, será certificada nos autos a expedição do mandado, remetendo-o logo em seguida à referida seção, que velará pelo lançamento da assinatura do oficial de justiça no livro próprio.

(B) será certificada nos autos a expedição e a feitura da carga do mandado ao oficial de justiça, que assinará o livro respectivo, o que dispensará a necessidade de anotação no sistema informatizado, salvo em se tratando de processo eletrônico.

(C) nas 24 (vinte e quatro) horas que antecederem o vencimento do prazo para cumprimento do mandado, desde que não seja possível a ultimação da diligência, poderá o oficial de justiça devolver o mandado, justificando os motivos do não cumprimento.

(D) ressalvados os mandados urgentes, em razão do volume do expediente, por autorização e mediante controle do juiz diretor da unidade judiciária, poderá ser adotado sistema de carga única, semanalmente.

(E) inexistindo prazo expressamente determinado na ordem judicial, os mandados serão cumpridos dentro de 30 (trinta) dias, ressalvado prazo menor genérico por determinação do escrivão diretor do fórum.

77. Suponha que o Juízo competente da Comarca tenha expedido alvará de soltura para liberação de preso recolhido em estabelecimento prisional na mesma Comarca. Nessa situação hipotética, as Normas Judiciais da Corregedoria Geral da Justiça determinam que o alvará de soltura será

(A) endereçado ao juiz corregedor da cadeia ou presídio e deverá ser enviado por carta precatória, por correio eletrônico institucional (e-mail) ou aparelho de fac-símile, sendo sua remessa feita sob a responsabilidade do escrivão judicial.

(B) enviado à autoridade responsável pela custódia obrigatoriamente por correio eletrônico institucional (e-mail) do ofício de justiça e este confirmará, por via telefônica, o seu recebimento, fazendo as devidas anotações nos autos.

(C) encaminhado à autoridade responsável pela custódia por correio eletrônico institucional (e-mail) do ofício de justiça, devendo, em até 48 horas, o cumprimento da ordem ser confirmado por meio de oficial de justiça que fará as anotações devidas no mandado judicial.

(D) enviado à autoridade responsável pela custódia, para o devido cumprimento, por correio eletrônico institucional (e-mail) do ofício de justiça, ou por mandado judicial a ser cumprido pelo oficial de justiça de plantão, a critério do juiz competente.

(E) encaminhado para cumprimento por oficial de justiça, em regime de plantão, que anotará no mandado o nome e o cargo de quem recepcionou a ordem, assim como a data e o horário do seu recebimento, para posterior juntada aos autos.

78. Sansão é oficial de Justiça e recebeu em carga dois mandados judiciais para cumprimento, sendo o primeiro destinado à intimação para audiência de conciliação e o segundo para uma audiência de instrução e julgamento. Nessa situação hipotética e considerando que não houve determinação de prazo diferente pelo juízo, as Normas Judiciais da Corregedoria Geral de Justiça estabelecem que o cumprimento e devolução dos mandados serão, respectivamente, efetivados até:

(A) 10 (dez) e 20 (vinte) dias úteis, contados do recebimento do mandado.

(B) 10 (dez) e 20 (vinte) dias úteis, antes da data designada.

(C) 5 (cinco) e 10 (dez) dias úteis, antes da data designada.

(D) 20 (vinte) e 15 (quinze) dias úteis, antes da data designada.

(E) 20 (vinte) e 10 (dez) dias úteis, antes da data designada.

CONHECIMENTOS GERAIS

Atualidades

79. Juízes do Tribunal Penal Internacional (TPI) em Haia emitiram, nesta sexta-feira (17), mandados de prisão para o presidente russo, Vladimir Putin, e para a Comissária para os Direitos da Criança da Rússia, Alekseyevna Lvova-Belova, por crimes de guerra em áreas ocupadas na Ucrânia. Os analistas de assuntos internacionais, entretanto, consideram simbólico esse comunicado do TPI porque

(G1. Disponível em: https://shre.ink/aFAX. Acesso em 29.07.2023. Adaptado)

(A) as prisões determinadas pelo Tribunal só podem ser realizadas em Haia, local em que o Tribunal mantém uma força policial.

(B) a condenação decretada pelo Tribunal deverá ser aprovada pela ONU para ter validade internacional.

(C) esse Tribunal só tem jurisdição sobre os países que assinaram o Estatuto de Roma, em 1998. A Rússia não é signatária do mencionado Estatuto.

(D) os mandados de prisão expedidos pelo Tribunal são secretos. A divulgação do mandado contra Putin e Alekseyevna anulou a sua aplicabilidade.

(E) o voto de qualidade do representante russo no TPI não foi considerado pelos demais membros do Tribunal.

80. O governo brasileiro negou um pedido dos Estados Unidos para extradição de Sergey Vladimirovich Cherkasov, cidadão russo que é suspeito de atuar como espião. Cherkasov, que tem 36 anos, foi detido, em abril de 2022, ao tentar entrar em um país da União Europeia com um passaporte brasileiro em nome de Viktor Muller Ferreira.

(G1. Disponível em https://shre.ink/aFId. Publicado em 27.07.2023. Acesso em 29.07.2023. Adaptado)

O suposto espião russo foi detido

(A) em Luxemburgo.

(B) na Espanha.

(C) na França.

(D) na Holanda.

(E) em Portugal.

81. De acordo com o disposto no Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, profissional de apoio escolar é a pessoa que

(A) atua em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas.

(B) acompanha a pessoa com deficiência, podendo ou não desempenhar as funções de atendente pessoal.

(C) atua apenas nas modalidades escolares relativas às atividades intelectuais.

(D) atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária, excluídas as atividades de alimentação, higiene e locomoção.

(E) assiste ou presta cuidados básicos e essenciais à pessoa com deficiência no exercício de suas atividades diárias.

82. A pessoa com deficiência tem assegurado o direito ao exercício de sua capacidade legal em igualdade de condições com as demais pessoas. No entanto, quando necessário, a pessoa com deficiência será submetida à curatela, conforme a lei.

Acerca do tema, assinale a alternativa correta.

(A) É facultado à pessoa com deficiência, desde que submetida à curatela, a adoção de processo de tomada de decisão apoiada.

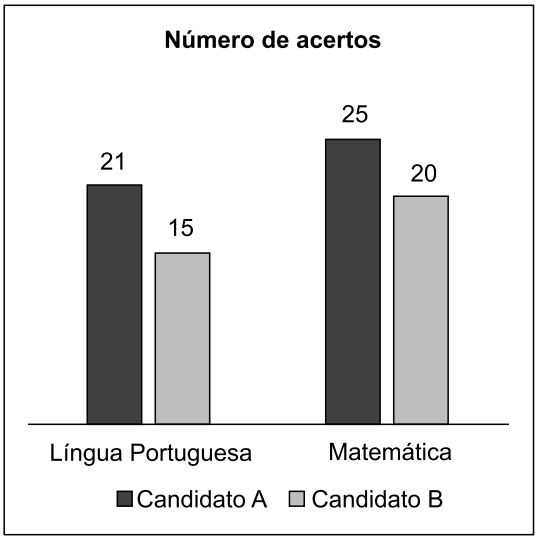
(B) A curatela afetará tão somente os atos relacionados aos direitos de natureza negocial.

(C) Para emissão de documentos oficiais, não será exigida a situação de curatela da pessoa com deficiência.

(D) No caso de pessoa em situação de institucionalização, ao nomear curador, o juiz deve dar preferência, na seguinte ordem, a pessoa que tenha vínculo de natureza afetiva, familiar ou comunitária com o curatelado.

(E) A definição da curatela não alcança o direito ao próprio corpo, à sexualidade, ao patrimônio, à privacidade, à educação, à saúde, ao trabalho e ao voto.

83. O gráfico apresenta o número de acertos na prova de Língua Portuguesa e de Matemática, aplicada a dois candidatos, A e B, em um concurso interno para promoção de cargo:



Sabendo-se que a prova de Língua Portuguesa tinha peso 2 e a de Matemática tinha peso 3 para o cargo em concurso, que cada uma das provas tinha 50 questões, e que a nota de cada prova é igual ao número de acertos correspondente, é correto afirmar que o número de questões de Matemática que o candidato B deveria ter acertado a mais, para que a média aritmética ponderada das notas das suas provas fosse igual à média aritmética ponderada das notas das provas do candidato A, é igual a

(A) 9.

(B) 20.

(C) 10.

(D) 29.

(E) 27.

84. Uma empresa executa serviços aos seus clientes somente de segunda-feira a sexta-feira, independentemente de haver feriado ou não. Para seu cliente X&W, ela executa serviços a cada 12 dias, excluindo-se sábados e domingos, enquanto que para seu cliente W&Z, ela executa serviços a cada 33 dias, também excluindo-se sábados e domingos. No dia 15 de agosto de 2023, uma terça-feira, essa empresa executou serviços para ambos os clientes. Isso significa que a vez imediatamente posterior em que ela executou os serviços para ambos os clientes, em um mesmo dia, foi uma

(A) sexta-feira.

(B) segunda-feira.

(C) quinta-feira.

(D) quarta-feira.

(E) terça-feira.

85. No ano de 2022, 3 em cada 8 edifícios comercializados em determinada região foram adquiridos pelo empreendimento A&B, que investiu R$ 1,35 bilhão na compra desses edifícios, ao preço médio de R$ 15 milhões cada edifício. Dos edifícios não adquiridos pelo empreendimento A&B e que foram comercializados naquela região, o empreendimento R&T adquiriu metade, ao custo total R$ 1,23 bilhão, o que fez com que o preço médio, por edifício adquirido pela R&T, fosse de

(A) R$ 16,3 milhões.

(B) R$ 16,1 milhões.

(C) R$ 16,5 milhões.

(D) R$ 16,4 milhões.

(E) R$ 16,2 milhões.

86. Considere as informações apresentadas na tabela a seguir, relacionadas à produção de certa peça que é realizada apenas por máquinas iguais, trabalhando ao mesmo tempo, com a mesma capacidade de produção.

	Produção em 30/08/2023	Produção em 31/08/2023
Número de máquinas em funcionamento		10
Carga horária trabalhada	5 horas	
Número de peças produzidas		80 000

Sabendo-se que as informações apresentadas são proporcionais, que em 30/08/2023 o número de máquinas em funcionamento era um quinto maior que o número de máquinas trabalhando no dia seguinte, e que o número de peças produzidas em 31/08/2023 foi quatro terços do número de peças produzidas no dia anterior, é correto afirmar que a carga horária trabalhada no dia 31/08/2023 foi de

(A) 8 horas.

(B) 7 horas.

(C) 9 horas.

(D) 8 horas e 30 minutos.

(E) 7 horas e 30 minutos.

R A S C U N H O

Raciocínio Lógico

87. Sabendo-se que é falsidade a afirmação “Se Nora trabalhou, então ela precisa descansar”, assinale a alternativa que apresenta uma afirmação verdadeira.

(A) Nora trabalhou e ela não precisa descansar.

(B) Nora não trabalhou e ela não precisa descansar.

(C) Nora trabalhou e ela precisa descansar.

(D) Nora não trabalhou ou ela precisa descansar.

(E) Nora não trabalhou e ela precisa descansar.

88. Considere verdadeiras as seguintes premissas:

I. Se Carla não é casada ou Pedro não é divorciado, então Cláudio é filho único.

II. Se Sônia é mãe, então Carla não é casada.

III. Se Pedro não é divorciado, então Sergio não é administrador e Gerson é noivo.

IV. Cláudio não é filho único.

Uma conclusão que decorre das premissas apresentadas e forma, juntamente com as premissas, um argumento válido é

(A) Gerson é noivo.

(B) Sergio não é administrador.

(C) Sônia não é mãe.

(D) Sônia é mãe.

(E) Sergio é administrador.

89. Sobre um grupo de atletas sabe-se que 15 praticam natação, atletismo e ciclismo, 20 praticam somente natação e atletismo, 27 praticam somente natação e ciclismo, e 25 praticam somente atletismo e ciclismo. Se 70 atletas desse grupo praticam natação, 61 praticam atletismo, e 75 praticam ciclismo, então é verdade que, das alternativas a seguir, a que contém a porcentagem que mais se aproxima da relação entre o número de atletas que praticam um único esporte o número total de atletas desse grupo é

(A) 12%

(B) 18%

(C) 20%

(D) 16%

(E) 14%

90. Na sequência numérica 1, 4, 7, 8, 11,14, 19, 22, 25, 26, 29, 32, 37, ..., o 1º elemento é o número 1. Mantida a regularidade, o 11 111º elemento é o número

(A) 33 332.

(B) 31 111.

(C) 33 115.

(D) 33 329.

(E) 32 228.

91. Considere a seguinte afirmação: “Ou durmo ou trabalho”. Uma negação lógica para a afirmação apresentada é

(A) Ou não durmo ou não trabalho.

(B) Trabalho ou durmo.

(C) Se não durmo, então não trabalho.

(D) Não trabalho e não durmo.

(E) Durmo se, e somente se, trabalho.

92. Considere verdadeira a afirmação “Se Marcelo é professor universitário, então Raquel é advogada” e falsa a afirmação “Marcelo é professor universitário e Raquel é advogada”.

Nessas condições, é necessariamente verdade que

(A) Marcelo não é professor universitário.

(B) Raquel não é advogada.

(C) Marcelo é professor universitário.

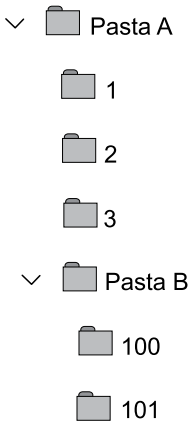
(D) Marcelo é professor universitário ou Raquel não é advogada.

(E) Raquel é advogada.

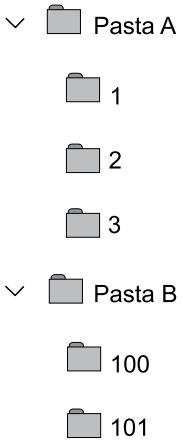
93. Tem-se a seguinte estrutura de subpastas dentro da pasta C:\TEMP, no Microsoft Windows 10, exibida no Explorador de Arquivos, ambos em sua configuração original.

Um usuário conectou no computador um Pen Drive vazio. Em seguida, usando o Explorador de Arquivos, clicou com o botão principal do mouse sobre a Pasta A e a arrastou para a unidade do Pen Drive, em sua raiz. Depois, clicou com o botão principal do mouse sobre a Pasta B e também a arrastou para a unidade do Pen Drive, igualmente em sua raiz. Considerando que a operação foi executada com sucesso, assinale a alternativa com a estrutura de pastas resultante no Pen Drive.

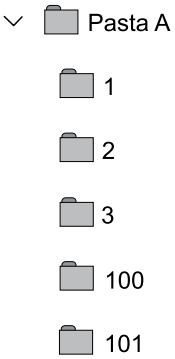
(A)



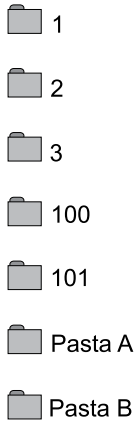
(B)



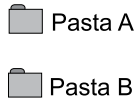
(C)



(D)



(E)



94. No Microsoft Windows 10, em sua configuração padrão, um usuário criou um atalho na Área de Trabalho, para local C:\TEMP\Notas.txt. Ao apagar _____, _____ apagado(s).

Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do enunciado.

(A) o atalho ... a pasta C:\TEMP e o arquivo Notas.txt não serão

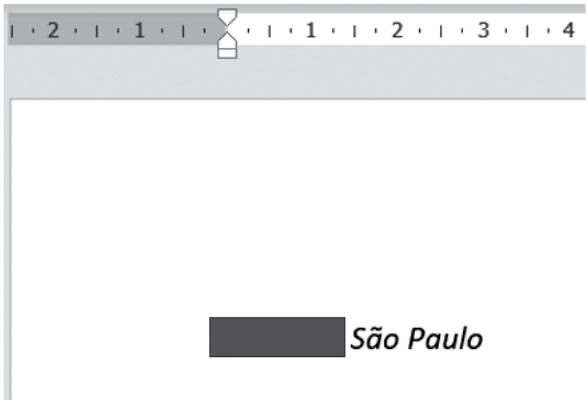
(B) o arquivo Notas.txt ... o atalho será

(C) o atalho ... o arquivo Notas.txt será

(D) a pasta C:\TEMP ... o atalho será

(E) a pasta C:\TEMP... o atalho e o arquivo Notas.txt serão

95. Usando o Microsoft Word 365, em sua configuração padrão, tem-se um documento com uma palavra digitada, com uma certa formatação aplicada. Ao final dessa palavra, o usuário clicou nos ícones Negrito, Sublinhado e Itálico, pressionou espaço e digitou a palavra São Paulo, que ficou formatada apenas como itálico, como apresentado a seguir, sendo que a primeira palavra está propositalmente escondida.



Assinale a alternativa com a formatação da primeira palavra.

(A) Negrito, sublinhado e itálico.

(B) Itálico, apenas.

(C) Negrito e sublinhado, apenas.

(D) Sem formatação.

(E) Negrito, apenas.

96. Usando o Microsoft Excel 365, em sua configuração padrão, assinale a alternativa que apresenta o conteúdo a ser inserido na célula A5 de uma planilha chamada Dados, para que esta célula apresente o conteúdo da célula A1 da planilha Cidades, sendo que ambas estão no mesmo arquivo.

(A) =Cidades!A1

(B) =Cidades:A1

(C) =Cidades.A1

(D) =A1@Cidades

(E) =Cidades(A1)

97. Usando o Microsoft Excel 365, em sua configuração original, um usuário inseriu na célula E1 a fórmula =SE(CONT.SE(A1:C3;">10")>2;"APROVADO";"NÃO APROVADO") e o resultado foi APROVADO. Assinale a alternativa que apresenta a planilha correta que produz esse resultado.

(A)

	A	B	C
1	6	5	3
2	10	4	12
3	9	7	10

(B)

	A	B	C
1	11	7	10
2	3	7	11
3	11	2	4

(C)

	A	B	C
1	10	10	10
2	10	10	10
3	10	10	10

(D)

	A	B	C
1	4	7	3
2	10	11	10
3	4	3	10

(E)

	A	B	C
1	2	10	2
2	10	2	10
3	2	10	2

98. Tem-se os arquivos e seus status do Microsoft OneDrive, exibidos no Explorador de Arquivos do Microsoft Windows 10, todos em sua configuração original.

Assinale a alternativa com o(s) item(s) em que o Windows não precisará fazer o download quando o usuário der um duplo clique com o botão principal do mouse.

(A) Controle.xlsx, apenas.

(B) Projetos.zip, apenas.

(C) Foto.jpg, apenas.

(D) Foto.jpg e Projetos.zip, apenas.

(E) Foto.jpg, Projetos.zip e Controle.xlsx, apenas.

99. Ana redigiu uma mensagem de correio eletrônico para Paulo, usando o Microsoft Outlook 365, em sua configuração original. Ao terminar, Ana gravou a mensagem e em seguida a enviou. Paulo, ao receber a mensagem, também usando o Microsoft Outlook 365, em sua configuração original, a leu e a apagou. Assinale a alternativa que indica a última pasta em que a mensagem foi gravada no Outlook de Ana, e depois a última pasta em que a mensagem foi gravada no Outlook de Paulo, considerando que todas as operações foram executadas com sucesso.

(A) Ana: Itens Enviados.
Paulo: Itens Recebidos.

(B) Ana: Itens Enviados.
Paulo: Caixa de Saída.

(C) Ana: Caixa de Saída.
Paulo: Caixa de Entrada.

(D) Ana: Itens Enviados.
Paulo: Itens Excluídos.

(E) Ana: Caixa de Saída.
Paulo: Itens Excluídos.

100. Tem-se o navegador Google Chrome 115, em sua configuração padrão, com a página principal do site do Tribunal de Justiça de São Paulo aberto em uma aba. O botão Voltar está inativo, indicando que este é o primeiro site aberto nesta aba. No site, existe um link para a página Institucional, onde um usuário clicou com o botão principal do mouse para abrir esta página em uma nova aba, mantendo, assim, o botão Voltar inativo na aba com a página principal do site do Tribunal de Justiça de São Paulo. O botão Voltar continua inativo porque

(A) o site do Tribunal de Justiça de São Paulo é um site seguro.

(B) o site está gravado nos favoritos.

(C) o usuário está em modo de navegação anônima.

(D) o site não está gravado nos favoritos.

(E) o usuário clicou no link junto com o botão CTRL pressionado.